



POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA O DOMÍNIO DAS TECNOLOGIAS

PUBLIC POLICY OF EDUCATION FOR THE DOMAIN OF TECHNOLOGIES

Pedro Bruno Silva Lemos (UNILAB – pedrolemos@unilab.edu.br)
Ana Célia Lopes Cavalcante (UNILAB – anaclcavalcante@gmail.com)
Antonio Leonardo Moreira de Aquino (UNILAB – leonardoaquino1986@outlook.com)
Bárbara Eleodora Santiago Gomes (UNILAB – barbara@unilab.edu.br)
Júlio César Lopes de Oliveira (UNILAB – Juliolopes1110@gmail.com)
Lisimére Cordeiro do Vale Xavier (UFC – lisirobert@yahoo.com.br)
Maria Jucilene Freire Lopes Marinho (SEDUC – jucilenef@gmail.com)
Maria Ravelly Cordeiro Xavier (UNILAB – ravellyxavier@yahoo.com.br)
Renata Primo de Sousa Paz (UNILAB – renataprimo@unilab.edu.br)
Antônio Roberto Xavier (UNILAB – roberto@unilab.edu.br)

Grupo Temático 4. Inovação em Educação e Tecnologias Digitais

Subgrupo 4.2 Acessibilidade, inclusão e tecnologias digitais

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo abordar as políticas públicas como ações e programas proporcionados pelo Estado visando atender as demandas relacionadas com a educação e o domínio das tecnologias com qualidade, universalidade e gratuidade. Em seguida, discorre-se sobre a função e o papel do poder público como responsável e construtor de espaços visando à participação direta, indireta e representativa, nos quais a sociedade civil possa atuar efetivamente na definição, gestão, execução, fiscalização e acompanhamento de políticas públicas educacionais e de suas tecnologias. Demonstra-se que o fomento às políticas públicas de educação e o domínio suficiente das tecnologias em geral e digitais deve ser direcionado aos agentes educacionais com a meta de formá-los e capacitá-los dentro de uma dinâmica multiplicadora constante e atualizada. Para tanto, as ações de educação e inclusão digitais nos estabelecimentos de ensino devem ser proporcionadas com maior amplitude e efetividade. É racional esclarecer que esta escrita é de cunho qualitativo e teórico com método indutivo e de análise bibliográfica. Por fim, apresenta-se como resultados parciais que o sucesso das políticas públicas de educação e inclusão digitais nas escolas está condicionado ao engajamento não só dos professores, mas de toda comunidade escolar e, principalmente, do envolvimento geral dos agentes educacionais.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação; Tecnologias.





Abstract:

This summary aims to address public policies and actions and programs provided by the State to meet the demands related to education and the field of technology with quality, universality and gratuity. Then talks to the function and the role of government as responsible and spaces builder seeking direct participation, indirect and representative, in which civil society can operate effectively in the definition, management, implementation, supervision and monitoring of policies public education and its technologies. It is shown that the promotion of public education policies and sufficient field of technology in general and digital should be directed to educational agents with the goal of training them and empower them within a dynamic and constantly updated multiplier. Therefore, digital education and inclusion initiatives in schools should be provided with greater depth and effectiveness. It is rational to clarify that this writing is qualitative and theoretical, with inductive method and literature review. Finally, it is presented as partial results that the success of public policies for digital inclusion and education in schools is conditional on the involvement not only of teachers, but the entire school community, and especially the general involvement of educational agents.

Keywords: Public Policy; Education; Technologies

1. Introdução

Panoramicamente, os diversos segmentos que empreendem em políticas públicas ou políticas sociais, sejam segmentos de governo ou segmentos não governamentais, partem do pressuposto, de que estas devem ser incluídas nos programas e diretrizes governamentais. Acredita-se que é dever do Estado proporcionar sempre as ferramentas indispensáveis e estratégicas que garantam a qualidade social de vida a todo cidadão, muito embora, reconheçam-se as muitas incógnitas e variáveis sociopolíticas existentes entre Estado e setores não governamentais.

As políticas públicas, por direito, serão sempre efetivadas de maneira satisfatória se a população participar, planejar, contribuir para seu desenvolvimento e, sobretudo, fiscalizar as ações e recursos empreendidos nessas ações. No caso das políticas educacionais digitais, estas requerem especial atenção, tendo-se em vista que a educação digital nas escolas públicas brasileiras necessariamente implementa o padrão de qualidade técnico-profissional tão requerido nos países em desenvolvimento.

Com relação à natureza das políticas públicas, estas podem ser distributivas, concernentes à individualização sem prejuízos ao coletivo, dependendo da arena de decisão. Neste sentido, essas políticas públicas visam atender necessidades individualizadas onde o poder público distribui recursos a uns sem prejudicar a outros; podem ser redistributivas quando alguns sujeitos ganham e outros têm que perder; podem ser de natureza regulatória quando regulam ou controlam certas atividades de grupos ou bens e serviços; e, constitucionais quando são previstas em lei e priorizam a efetivação seletiva de outras políticas públicas estabelecendo normas e regras.





2. Políticas Públicas de educação e domínio de suas tecnologias: marco conceitual e legal

A expressão políticas públicas faz referência a determinados programas e ações de governos que atendem certas demandas sociais e educacionais. Nesse sentido, as políticas públicas de inclusão social e por ilação para a educação e domínio das tecnologias em geral e digitais, serão sempre mais robustas, quando atendidas de acordo com as reivindicações e demandas socioeducacionais. É racional reconhecer que atual sociedade da informação e comunicação legitima e reconhece os direitos de quem ensina e de quem aprende, quando se entende que quem ensina e/ ou aprende pode se fazer presente num determinado espaço-tempo física ou virtualmente. Cada um pode ensinar ou estudar onde estiver no tempo que dispuser (DEMO, 1996). Neste sentido,

As políticas públicas e seus impactos na sociedade mereceram estudos de especialistas por tornar-se fundamentais para a compreensão do Estado e sua tomada de posição diante de questões sociais. Essa postura viabiliza a compreensão da sua natureza, por um lado, e possibilita o entendimento das diversas formas de organização da sociedade civil e sua relação com o setor público, por outro. A atualidade desse tipo de conhecimento está nas mudanças políticas ocorridas nas últimas décadas, o que torna imprescindível o planejamento. (PARENTE, 2001, p. 3).

Ao falar sobre as políticas públicas de educação no Brasil, parte-se dos pressupostos legais de que estas estão incluídas nos direitos fundamentais, universais e inalienáveis e que é dever do Estado proporcionar políticas públicas que garantam a qualidade social da educação, bem como o acesso e permanência de todos os brasileiros e brasileiras nas escolas. Nesse sentido, o poder público há de garantir e construir espaços de participação direta, indireta e representativa, nos quais a sociedade civil possa atuar efetivamente na definição, gestão, execução, fiscalização e acompanhamento de políticas públicas educacionais e do domínio de suas Tecnologias de Informação e Comunicação (BRASIL, 1988).

Em se tratando de políticas públicas em educação para o domínio das tecnologias não se pode negar a relevante contribuição e necessidade da sociedade atual permanecer apropriando-se do saber técnico e tecnológico no ambiente colaborativo da educação formal, posto que

Um mundo midiático e envolto de tecnologias digitais que se traduzem em microcomputadores, redes sem fio, internet entre outros recursos, que se apresenta diante da sociedade atual com novos desafios e oportunidades. Todavia, chega o momento em que a multiplicidade se torna voraz. É aí que o ser humano necessita viver as fronteiras das convergências midiáticas e tecnológicas em sua vivência social. Não somente de modo cooperativo, mas, sobretudo, através de estruturas colaborativas que visem apresentar novas propostas para o desenvolvimento científico e sociocultural. O desafio atual consiste em





pesquisar de modo inovador junto com outros campos e territórios da ciência através dos recursos digitais. (SANTANA et. al. 2011, p. 24-25).

Corroborando com as assertivas supracitadas, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no âmbito das Políticas Educacionais para o domínio das tecnologias, deve contemplar, como um de seus principais objetivos, a promoção de uma gestão educacional democrática, inclusiva que essencialmente medre a qualidade da educação pública possibilitando a esta o enfrentamento de um de seus principais desafios: a apropriação e domínio do saber técnico e tecnológico (BRASIL, 2008).

Com efeito, esses objetivos são claramente expressos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que em suas bases legais determinam a organização e divisão do ensino, por área de conhecimento, nos seguintes pressupostos: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias. Sem dúvida, o pressuposto tecnológico insere às diferentes áreas do conhecimento o reconhecimento de que as tecnologias da informação e da comunicação constituem saber inerente aos diferentes campos de conhecimento (BRASIL, 2008).

3. Conclusão

Com efeito, o sucesso das políticas públicas de educação e inclusão digitais nas escolas está condicionado ao engajamento não só dos professores, mas de toda comunidade escolar e, principalmente do envolvimento geral dos agentes educacionais. Não esquecendo de que, além das condições materiais necessárias à formação básica inicial, é necessário o acompanhamento de especialistas da área da informática, de cursos mais avançados, encontros com outros agentes educacionais, intercâmbios com outras unidades de ensino e, sobretudo, possibilitar a aplicação desses conhecimentos na práxis pedagógica. Essa não é tarefa imediata. Requer um certo tempo de treinamento e praticidade. Trata-se de mudança de mentalidade e, portanto, de colaboração de todos os envolvidos no processo.

Assim, as políticas públicas de fomento à capacitação e treinamento para o uso das tecnologias digitais nas escolas brasileiras precisam definir com maior consistência a participação, o acompanhamento e o assessoramento dos gestores envolvidos no processo, tendo-se em vista a resolução dos problemas que naturalmente vão surgindo no decorrer das formações.

O que se conclui, por fim, é que se faz necessário mais incentivos e um maior acompanhamento por parte dos gestores no tocante ao uso correto das tecnologias em geral e digitais pelos agentes educacionais das escolas brasileiras. Enquanto não houver uma consciência de que o uso adequado das TIC no ensino-aprendizagem é capaz de proporcionar um ensino mais prazeroso, avançado e capaz de profissionalizar os discentes esses desafios não serão superados. Os cursos de formação devem ser repensados e oferecidos com tempo disponível incluído na própria jornada de trabalho e estudo dos agentes educacionais.





5. Referências

BRASIL. **Constituição Federal**. Senado Federal, Brasília. 1988.

_____; **Introdução à Educação Digital**: Curso de Formação Continuada para Professores do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública. Seed/MEC/Coordenação de Leda Fiorentini. Brasília: 2008.

_____; Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN, **LEI No 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 1996.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **O Público e o Privado – Editorial**. Fortaleza: UECE, 2001-, Semestral. Conteúdo: ano 1, n. 1, Julho/Dezembro, 2001.

SANTANA, José Rogério. A relação entre artefatos culturais e engenharias pedagógicas para a produção de materiais didáticos no processo de virtualização mediante as tecnologias digitais na atualidade In: _____ VASCONCELOS, José Gerardo et. al. (Orgs.). **Fontes, Métodos e Registros para a História da Educação**. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

